

Avaliação Psicológica: A importância do diagnóstico de dificuldade de aprendizagem¹

Psychological Assessment: The importance of the diagnosis of learning disability

Evelynne Pontes de Souza²

Georgia Martins Baeta Neves³

Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN)

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender a importância do psicólogo no diagnóstico da Dificuldade de Aprendizagem (DA) através da avaliação psicológica, uma vez que as queixas escolares vêm se tornando constantes motivos de encaminhamento para o serviço de psicologia, dessa maneira se consolidando como tema atual de pesquisas científicas. Trata-se de uma revisão bibliográfica que busca entender como a avaliação psicológica pode contribuir no diagnóstico de tal dificuldade, subsidiando na atuação do psicólogo. A utilização da avaliação psicológica no âmbito da psicologia escolar diante de uma crescente demanda de crianças com dificuldade de aprendizagem (DA) tem como finalidade verificar as formas de avaliação no intuito de conhecer a dificuldade de aprendizagem (DA), o fracasso escolar (FE) e suas consequências no desenvolvimento intelectual, sócio emocionais e nas habilidades acadêmicas que visam contribuir para os problemas de aprendizagem da criança. Conclui-se que a importância do diagnóstico favorece a possibilidade de tratamento adequado da criança com DA.

Palavras-chave: Avaliação psicológica; Psicólogo; Diagnóstico; Dificuldade de aprendizagem.

¹ Artigo científico desenvolvido pela primeira autora sob orientação da segunda, para obtenção de Título de Especialista em Avaliação Psicológica pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), Natal/RN – Brasil.

² Psicóloga, Graduada pela Universidade Potiguar (UnP), e discente da Especialização em Avaliação Psicológica pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), Natal/RN – Brasil.

³ Psicóloga, Docente no Curso de Psicologia e Coordenadora da Especialização em Avaliação Psicológica pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), Natal/RN – Brasil.

Abstract

This article has for objective understand the psychologist's importance in diagnosis of Learning Disabilities (LD) through psychological assessment, since the school complaints have become constant reason of routing for psychology service, thus and consolidating like current issue of scientific research. This is a literature review that seeks to understand how the psychological assessment can help in the diagnosis of this difficulty, supporting the work of the psychologist. The use of psychological assessment in school psychology before a growing demand of children with learning disabilities (LD) intended to check the forms of assessment in order to understand the learning disabilities (LD), school failure (SF) and their consequences intellectual development socio emotional and academic skills that aim to contribute for the child's learning problems. It follows that the importance of diagnosis favors the possibility of adequate treatment of children with LD.

Key-words: Psychological assessment; Psychologist; Diagnosis; Learning Disabilities.

Introdução

A presente pesquisa nasceu do interesse em entender a atuação do psicólogo no ambiente escolar utilizando-se da avaliação psicológica para identificar e diagnosticar crianças com dificuldade de aprendizagem (DA). Dessa maneira a proposta inicial é realizar uma pesquisa bibliográfica relacionada à produção de conhecimento do referido tema, assim, a fim de contextualizar a problemática de pesquisa faremos um percurso desde a dificuldade de aprendizagem (DA) até chegarmos ao diagnóstico por meio da avaliação psicológica.

Segundo Capelliniet al. (2004) a DA vem se consolidando como grande problema de nosso sistema educacional, e esse tema tem sido amplamente estudado por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento como: pedagogia, psicologia, medicina e sociologia, na busca por compreender suas causas, métodos de avaliação e intervenção, além do impacto significativo que produzem no desempenho acadêmico.

De acordo com Medeiros et al. (2000) quase sempre a DA se apresenta agregada a outros comprometimentos, pois estudos recentes têm revelado que frequentemente as crianças com dificuldades escolares manifestam simultaneamente prejuízos de ordem emocional e comportamental. As queixas escolares aparecem associadas a problemas sócio afetivos, relacionados ou não à escola, e a alterações de processos cognitivos.

Para Ferrioli et al. (2001) as crianças com queixa de DA encaminhadas para atendimento psicológico estabelecem um grupo heterogêneo com variações relacionadas as suas reais dificuldades e capacidades cognitivas. Assim sendo, a avaliação psicológica que as crianças são submetidas inclui a avaliação de aspectos cognitivos, com o objetivo de identificar dificuldades na área intelectual, para isso são utilizados testes psicométricos que fornecem uma compreensão parcial do funcionamento cognitivo.

Acreditamos que a DA pode ser entendida como limitações encontradas por alunos durante o período de escolarização referente à captação ou assimilação dos conteúdos propostos, podendo ser duradouros ou passageiros, com intensidades variadas, e causando até mesmo o abandono escolar, à reprovação, o baixo rendimento, o atraso no tempo da aprendizagem, necessitando de acompanhamento especializado (CAPELLINI, 2004).

De acordo com Capellini et al. (2004) o termo dificuldade é abrangente, pois relaciona-se a causas que o indivíduo aprende, aos conteúdos, ao professor, aos métodos, ao ambiente físico e social da escola. Continua explicando que a avaliação de DA deve ser um amplo procedimento de coleta de dados referente a uma análise quantitativa e qualitativa, que tenha intenção de diagnosticar através da verificação do nível das tarefas escolares, o desenvolvimento cognitivo da criança, e outros aspectos referentes ao processo de ensino-aprendizagem.

Desse modo fica claro que o diagnóstico de DA pode ser identificado por meio da avaliação psicológica do indivíduo em questão, subsidiando positivamente na atuação do psicólogo que atua no âmbito escolar. Nesse sentido, este artigo tem o intuito de desenvolver a proposta de pesquisa, fornecendo maiores possibilidades de intervenção e cuidado psicológico para lidar com esta demanda específica, pois este apresenta relevante valor teórico, devido o intuito de elucidar a teoria e alavancar

futuras pesquisas práticas, partindo de um aprofundado estudo sobre o diagnóstico de DA. A importância desse artigo para o âmbito social é o estudo de um tema atual, visado pela mídia, fornecendo uma investigação de uma queixa crescente para contribuir teoricamente na melhoria do psicólogo atuante nesse contexto.

Cabe frisar que estruturamos este artigo em três partes distintas, na primeira: temos o intuito de conhecer o que vem a ser um processo de avaliação psicológica. Em segundo: visamos investigar a dificuldade de aprendizagem (DA) e seu diagnóstico. Para finalizar, prosseguimos em ressaltar a importância da avaliação psicológica no diagnóstico da dificuldade de aprendizagem.

1. Avaliação Psicológica

Conforme o Conselho Federal de Psicologia (2007) entende-se por avaliação psicológica como um processo técnico e científico que pode ser realizado com pessoas ou em grupo, que se utiliza de metodologias específicas de acordo com cada área. Constitui-se como fonte de informações de caráter explicativo sobre os fenômenos psicológicos, e se trata de um estudo que requer planejamento prévio conforme a demanda e os fins que se destina a avaliação. E esse processo é composto pela integração de informações provenientes dos testes psicológicos, entrevistas, observações, análise de documentos e outras diversas fontes.

De acordo com Cunha (2000) o processo de avaliação psicológica é desencadeado quase sempre em vista de um encaminhamento, a partir do qual serão estabelecidos os passos a serem seguidos. A avaliação decorre da existência de um problema identificado e é papel do psicólogo avaliar para chegar a um diagnóstico, onde são levantadas hipóteses que serão confirmadas ou não, através de passos predeterminados, utilizando-se de elementos de estudos precisos e específicos pertinentes a cada caso. O uso desse procedimento é limitado no tempo e também deverá ser feito um contrato de trabalho entre o paciente e o psicólogo onde será delimitado o plano de avaliação.

Cunha (2000) continua explicando que nesse plano de avaliação são estabelecidas as hipóteses iniciais e definidos os instrumentos a serem utilizados para fornecer respostas a determinadas perguntas ou testar hipóteses. Sendo necessária a

aplicação de testes para a obtenção dos resultados, a utilização de diferentes procedimentos, incluindo vários tipos de entrevista que tem como objetivo comum avaliar para poder fazer algum tipo de recomendação, diagnóstica ou terapêutica, a que optamos por descrever é a entrevista de anamnese com os pais, que tem como objetivo principal o levantamento detalhado da história do desenvolvimento da criança, onde é investigada principalmente a infância do paciente e pode ser facilmente estruturada cronologicamente.

Segundo Ocampo e Arzeno (2001), a entrevista inicial com o responsável e a entrevista individual com o paciente tem como objetivos perceber as primeiras impressões do examinando, avaliar as características da linguagem, estabelecer a coerência ou discrepância de suas expressões verbais e não-verbais, constituir um bom *rappor*t com o paciente e na entrevista inicial com os pais é importante detectar o vínculo familiar, dos pais com a criança e vice versa. Na entrevista inicial é indispensável conhecer o motivo da consulta, quais sintomas preocupam o responsável que solicita a consulta e também é necessário conhecer de fato os sintomas que perturbam o paciente.

Entendemos que após a entrevista de anamnese deve ser aplicada a entrevista individual com a criança, aplicação de testes psicológicos, observações clínicas (a hora do jogo diagnóstica), entrevista devolutiva com os pais e com a criança e encaminhamentos. No que se refere à entrevista individual, Nunes (2000) explica que é um instrumento de coleta de dados, com a finalidade de obtenção de informações, opiniões e outros, no intuito de uma interação entre duas pessoas com a troca verbal.

E a entrevista diagnóstica tem o objetivo de compreender os sintomas e conflitos do indivíduo entrevistado, visando à avaliação do entrevistado onde é necessário obter dados sobre sua história passada, sua vida atual e as perspectivas futuras, também analisar as condições familiares, sociais e financeiras que influenciam na construção do sujeito como ser social (NUNES, 2000).

A partir disso, dar-se continuidade ao processo de avaliação do indivíduo através das observações clínicas, com o recurso da hora do jogo diagnóstica que tem a finalidade de conhecer a realidade da criança oferecendo a ela possibilidade de brincar e se expressar por meio da brincadeira, englobando nesse procedimento um

início, desenvolvimento e fim, como uma unidade e sendo possível interpreta-la objetivando conhecimento e compreensão da criança como um todo (OCAMPO & ARZENO, 2001).

É preciso ressaltar que através do brincar da criança torna-se possível examinar a vida intrapsíquica do paciente, pode-se avaliar pelo uso do brinquedo, a inteligência e criatividade do sujeito, e compreender suas dificuldades. Geralmente na fase da infância intermediária (3 a 11 anos) é possível observar os aspectos relacionados ao desempenho escolar do examinando, considerando suas necessidades relacionadas a este âmbito e suas dificuldades. Sendo notório que a utilização da hora do jogo é fundamental para a construção da avaliação psicológica do indivíduo, contribuindo para seu diagnóstico (CUNHA, 2000).

Convém acrescentar nesse processo o uso dos testes psicológicos que de acordo com Alchieri (2010) são elementos de estudo objetivos e instrumentos padronizados que tem a finalidade de investigar o comportamento ou suas perturbações em condições patológicas. Dessa maneira os testes avaliam e quantificam comportamentos observáveis, através de técnicas e metodologias específicas, pautadas cientificamente em constructos teóricos que orientam a análise de seus resultados.

Alchieri (2010) continua explicando que o comportamento é investigado através dos testes com aplicação de diversas técnicas, apoiadas no tipo de avaliação que se pretende fazer. Pois cada teste tem uma descrição metodológica específica com a finalidade de controlar e excluir qualquer variável que venha interferir no processo e no resultado, para que seja obtido um resultado preciso das reais condições do avaliando.

Segundo Ocampo e Arzeno (2001) para planejar um composto de testes projetivos é preciso identificar testes que captem uma maior quantidade possível de condutas (lúdicas, gráficas e verbais), possibilitando a comparação de condutas provocada por diversos estímulos. Portanto deve ser estabelecidos fatores como: o referido caso em questão e a natureza do teste. Os testes gráficos são adequados para dar início a um exame psicológico, pois a conduta gráfica apresenta uma relação com os aspectos infantis da personalidade, projetam e refletem os aspectos estáveis da personalidade, que são mais difíceis de serem modificados.

Decidimos apontar como referência para o estudo avaliativo da dificuldade de aprendizagem o Teste de Bender (B-SPG), que segundo Sisto, Noronha e Santos (2006) refere-se a um teste gestáltico e viso-motor, criado por Lauretta Bender em 1938, tendo como trabalhos iniciais uma série de 30 desenhos elaborados em 1923 por Max Wertheimer, esses desenhos tiveram como fundamento os princípios da psicologia da gestalt sobre as leis de organização perceptual. Da série de 30 desenhos usados por Wertheimer, nove deles foram selecionados por Bender, considerados mais representativos para avaliar, principalmente no que se refere à função pela qual o indivíduo responde gestalticamente a uma série de estímulos.

A ideia fundamental do teste é que o comportamento viso-motor preciso é uma habilidade, “sendo que a mensuração da maturidade percepto-motora poderia ser obtida pelo uso de padrões com diferentes graus de complexidade e princípios de organização” (SISTO, NORONHA & SANTOS, 2006, p. 13).

De acordo com Sisto, Noronha e Santos (2006) o método de avaliação do Teste de Bender (B-SPG) é por um sistema de pontuação gradual que avalia a maturação percepto-motora por meio de análise da distorção da forma. A correção é feita através de uma atribuição de uma nota de 0 até 3 para a reprodução gráfica dos nove modelos, o que altera em razão da qualidade do desenho, de tal maneira que o desenho mais pontuado possui mais erros. Este instrumento de avaliação é destinado a crianças de 6 a 10 anos. Sua aplicação pode ser feita individual ou coletivamente, para isto são necessárias: folha de resposta e lápis grafite preto. Não é permitido o uso de borrachas ou materiais de auxílio mecânico, como réguas e transferidores, também é importante ressaltar que durante a aplicação não pode haver interrupções, as aplicações geralmente não ultrapassam o tempo de 15 minutos, no entanto, sem limite de tempo pré-definido para a reprodução. A aplicação deve ser iniciada com um *rapport*, que tem como objetivo minimizar a ansiedade dos sujeitos a fim de motivá-los para a tarefa a ser realizada, e estabelecer uma relação satisfatória.

Assim sendo, esse procedimento constitui um importante instrumento para o diagnóstico psicológico, visto que avalia as habilidades percepto-motora relacionadas às experiências sensório-motoras dos primeiros anos de vida do

indivíduo examinado, também é apropriado para captar os aspectos evolutivos da maturidade neurológica da criança (SISTO, NORONHA & SANTOS, 2004).

De acordo com Alchieri (2010) um processo de avaliação psicológica depende da compreensão do que se quer avaliar, e da habilidade que o avaliador tem em escolher os procedimentos adequados e específicos para alcançar o objetivo pretendido. Uma das maneiras de avaliar o comportamento de uma pessoa ou de um grupo é observá-lo e verificar a constância de suas reações para que se possa ter uma representação dos padrões de ação e reação em diversas situações. É importante conhecer, ver perceber e observar como se comportam as pessoas para posteriormente elaborar uma hipótese. Juntamente com a observação pode ser utilizado o questionamento, a indagação para entender o que não foi possível ser observado, ou seja, os motivos que levaram a essas ações e o que estes comportamentos podem representar ao indivíduo ou ao grupo.

Para concluir Ocampo e Arzeno (2001) explicam que a entrevista devolutiva é a comunicação verbal discriminada que o psicólogo faz ao paciente e a seus pais, e a transmissão desta informação tem por objetivo informar o diagnóstico e prognóstico, possibilitando orientações terapêuticas pertinentes a cada caso e encaminhamentos dentro de cada contexto. É pertinente dizer que para o psicólogo realizar a entrevista devolutiva é preciso estudar todo material registrado, formando um panorama mais completo possível, que inclua todos os aspectos coletados no processo de avaliação.

A sequência se completa com a entrevista de devolução que deve ocorrer depois de concluídas à entrevista inicial com os pais, a entrevista individual com a criança, a hora do jogo diagnóstica, a aplicação dos testes, e todas as observações clínicas pertinentes, transmitindo no último encontro o parecer com clareza e de modo resumido tendo em vista a finalidade de melhor compreensão dos pais e também do paciente separadamente (CUNHA, 2000).

Cumprе frisar que os resultados das avaliações psicológicas têm grande impacto para as pessoas, os grupos e sociedade, assim sendo a Resolução CFP nº 07/2003 define que os resultados das avaliações devem ponderar e avaliar os condicionantes históricos e sociais do indivíduo analisado e seus efeitos no psiquismo, tendo como finalidade ser instrumento atuante não somente sobre o indivíduo, mas na

modificação desses condicionantes que operam desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de avaliação psicológica.

Em suma após entendermos o processo de avaliação psicológica, o presente artigo propõe uma investigação teórica voltada para entender o que constitui a dificuldade de aprendizagem, diagnóstico e prognóstico.

2. Dificuldade de Aprendizagem

Com o intuito de proporcionar uma melhoria no diagnóstico de Dificuldade de Aprendizagem (DA) é que visamos contextualizar um estudo teórico referente a esse tema, sendo necessário entender suas definições, contextos, sintomas como uma forma de intervir positivamente no processo de avaliação, empregando um enfoque preventivo e/ou curativo e técnicas psicológicas adequadas a cada caso.

Nos dias atuais a realidade escolar tem constituído um índice elevado de crianças com DA, visto que esse assunto tem se configurado como foco de pesquisas e discussões no Brasil e em todo mundo. Assim sendo, esse tema tem se apresentado de maneira alarmante, com surgimento de pesquisadores visando compreender tal problema que se caracteriza como de difícil solução (LUCCA, MANCINE&DELL'AGLI, 2008).

É indispensável fazer um estudo teórico comparativo a fim de distinguir os termos Fracasso Escolar (FE) e Dificuldade de Aprendizagem (DA), apesar não serem considerados parecidos, mas como coexistentes numa conexão de crianças com DA e FE. Afim de melhor compreendermos a DA iremos nos pautar na definição de Fonseca (1995, p. 71):

Dificuldades de aprendizagem (DA) é um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de transtornos que se manifestam por dificuldades significativas na aquisição e uso da escuta, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas.

Torna-se possível entender que tais desordens são consideradas inerentes aos seres humanos, pois diante da disfunção do sistema nervoso central estes podem

ocorrer durante toda a vida do indivíduo, além do mais a DA foi pensada para absorção de uma variedade de problemas educacionais adicionados de uma complexidade de fatores externos.

Como foi visto anteriormente a DA também se refere às necessidades que são essenciais ao indivíduo, o seu longo processo de socialização pode estar diretamente relacionado para os fatores dessa desordem, pois o sujeito sofre influências constantes de suas condições familiares, culturais, religiosas, escolares e são nesses âmbitos que a criança de fato vai aprender a se relacionar, conhecer seu papel na sociedade com direitos e deveres, a construção de seus valores morais e éticos estão incluídos nesse processo, a partir dessa complexa rede de relações que é dada iníciana busca pela autonomia e se desenvolve enquanto ser no mundo (PACHECO, 2005). Assim quando surgir sintomas de comportamentos desajustados, baixo desempenho escolar, falta de atenção, é preciso considerar todas as variáveis que fazem parte influente no desenvolvimento da criança.

Fonseca (1995) explica que é comum muitas crianças apresentarem dificuldades em fixar a atenção ou focalizar, demonstram não conseguir selecionar os estímulos relevantes dos irrelevantes, impedindo que se processe a seleção das informações relevantes à aprendizagem. Em crianças com DA identifica-se alterações na atenção seletiva relativamente a sua duração e extensão, também compreendem suas dificuldades nos processos simbólicos, como por exemplo: leitura, escrita, fala e outros.

Entende-se que a criança com DA encontram-se dentro dos padrões de normalidade ao que se refere a termos intelectuais, todavia o seu sistema nervoso não recebe, armazena, organiza e nem consegue transmitir informações visual, auditiva, motora e sensorial, do mesmo modo que uma criança sem DA. Portanto é comum que crianças com DA apresentem comportamento de inquietação, sejam agitadas, comunicativas e distraídas, podendo também demonstrar problemas em controlar os impulsos, tornando-se agressivas, insatisfeitas, instáveis emocionalmente, por vezes acarretando na manifestação da ansiedade, impulsividade, hipersensíveis e vulneráveis comportamentos comuns nesses casos (FONSECA, 1995).

Para Pacheco(2005) a criança deve ser vista integralmente para ser compreendida, ou seja, precisa-se tomar consciência do sujeito como um todo biopsicossocial, para

não ser tratado apenas de modo corretivo ou re-adaptativo. Cabe frisar que é possível compreender conforme Fonseca (1995) que as crianças que apresentam DA precisam ser respeitadas na sua totalidade como indivíduo social, porém na maioria das vezes isso não é levado em consideração, principalmente no que se refere ao ambiente escolar, o que infelizmente vai agravar na atmosfera permanente do fracasso escolar.

Dessa maneira como exemplifica Lucca et al. (2008) as inúmeras tentativas em que podemos observar a existência de culpados para o Fracasso Escolar (FE), apontam para uma problemática multifatorial que ultrapassa uma direta relação de causa e efeito. Em função disso a DA deve levar em consideração toda complexa rede de relações na qual a criança encontra-se inserida, como por exemplo: a escola, a família, a sociedade e outros. Todavia as pesquisas relativas ao FE têm favorecido um novo olhar sobre o assunto, possibilitando ao ambiente escolar rever suas funções, ficando com a tarefa de proporcionar ao sujeito algo que seja imprescindível à sua formação enquanto ser humano, com capacidade de ação, possuidor de direitos e deveres, capaz de desempenhar de modo competente suas funções.

Segundo Meire (2003) o FE é hoje um grande problema para o sistema educacional, porém o que ocorre na maioria das vezes é a busca pelos culpados desse fracasso, e se a aprendizagem acontece em um vínculo, e se ela é um processo que ocorre entre subjetividades, nunca uma pessoa pode ser culpada. As escolas do século XX estão seguindo a concepção de ter cada vez mais êxito profissional e competência a qualquer custo, e tem se esquecido das verdadeiras necessidades no processo de aprendizagem dos seus alunos.

De acordo com Meire (2003) em face da criança que fracassa muitas vezes a escola e os profissionais da educação não levantam problemas como a estrutura da escola, a estrutura social e a inadequação dessa estrutura a situação real de vida da criança. Dessa forma podem surgir os motivos do FE: uma não aproximação e conhecimento do aluno, suas necessidades, principalmente se esses alunos oferecerem uma realidade diferente da realidade do professor. Portanto, buscar soluções para o FE consiste em ampliar o foco, abrindo espaço para outras variáveis que influenciam no processo da aprendizagem, como a instituição, o método de

ensino, as relações professor-aluno, os aspectos socioculturais, cognitivos, emocionais, também a história de vida do sujeito, e outros.

Dessa maneira, segundo Poppovis (1981) o fracasso é o resultado de um relacionamento mal sucedido entre os alunos que provem de determinados meios sociais e a instituição escolar, sendo necessário que a escola compreenda sua função na sociedade de níveis diversificados e o seu papel social. Todavia, a experiência das crianças na escola afeta todos os aspectos de seu desenvolvimento e cada nível do contexto de suas vidas influenciam em seu desempenho na escola, sendo necessário distinguir o que é da própria criança em termos de dificuldade, daquilo que ela reflete em termos do sistema que se insere.

A escola segundo Bock, Furtado e Teixeira (1999) constitui-se como uma das mais importantes instituições sociais por fazer a mediação entre o indivíduo e a sociedade, ela tem a possibilidade de inserir o sujeito dentro da sociedade lhe dando uma ampla visão sobre o saber, valores morais, éticos, transmitindo a cultura juntamente com modelos sociais de comportamento, permitindo que a criança “humanize-se”, socialize, interaja, eduque-se, cumprindo o papel de preparar a criança para viver no mundo adulto, criando indivíduos capazes de produzir riquezas de criar, inventar, inovar e transformar, devendo estar articulada com a vida social de cada um.

Segundo Fontana e Cruz (1997) a escola é lugar de ensinar e aprender, o espaço de aprender e de brincar. Assim sendo, brincar é uma forma de aprender, é experimentar-se, transforma-se, é ser. E na escola a brincadeira não envolve apenas a atividade cognitiva da criança e sim a criança toda, a forma de interação com os outros, a atividade simbólica, uma prática social, sendo favorecida a aprender brincando, possibilitando conhecer a criança para poder trabalhar com ela.

2.1 Diagnóstico

Para melhor compreendermos diagnóstico, segundo Ancona-Lopez (1984) tem origem do grego *diagnōstikóse* significa discernimento, conhecer, ver através de, dessa maneira pode-se dizer que é algo necessário para compreensão de fenômenos humanos característicos e de relações que configura um todo.

O diagnóstico de uma criança com DA devem excluir problemas de ordem sensorial, mental e motora, de acordo com Lucca et al. (2008) deverá ser realizado por uma equipe interdisciplinar que envolva o médico da criança, o pedagogo e/ou o psicopedagogo, o psicólogo, o fonoaudiólogo quando for o caso, e também façam parte integrante desse processo a escola e a família. Visto que é por meio da utilização de uma anamnese realizada com a os pais da criança, que se pode ir diferenciando a queixa apresentada pelo professor, sendo necessário fazer um exame clínico que procure identificar e investigar prováveis disfunções no sistema nervoso central, sequencialmente é importante desenvolver um processo de avaliação psicopedagógica que identifique o nível e as condições de aprendizagem da criança em questão e de um exame psicológico com objetivo de avaliar os atributos pessoais, apontar as possíveis patologias existentes, a partir disso será possível diagnosticar uma criança ou adolescente que demonstra DA.

Para Dio (1980) a avaliação relacionada à educação faz parte de um complexo processo que se inicia por meio da formulação dos objetivos e requer a elaboração de meios que interpretem os resultados, identificando quais objetivos foram alcançados através de seu uso. Torna-se possível entender que através da avaliação se pode adquirir informações necessárias para melhorar o ensino e a aprendizagem, também cabe ressaltar uma importante função da avaliação é o diagnóstico.

A hipótese diagnóstica representa uma etapa fundamental para a DA, principalmente se esta se der de maneira explicativa, facilitando no processo de escolha das estratégias efetivas que tenham como finalidade principal a busca pela remediação de tal dificuldade (PENTEADO & ROCHA, 1980). Favorecendo na possibilidade de um tratamento adequado a fim de facilitar a aquisição da aprendizagem na criança, e possivelmente a utilização de encaminhamentos pertinentes.

Segundo Weis (1987) para se fazer uma análise diagnóstica em torno de problemas de aprendizagem deve-se observar a escola, a qualidade do ensino que a criança está inserida, pois muitas vezes o que é tido como DA, pode ser uma falha no ensino, onde o ensino-aprendizagem foi mal processado e com distorções, possibilitando diagnósticos de “falsas disgrafias”, “falsas dislexia” e outros, devido a falta de oportunidade por uma boa educação.

Cabe frisar que é de fundamental importância uma avaliação criteriosa e minuciosa da criança com queixa de DA, pois muitas vezes as crianças podem ser encaminhadas com diagnósticos pré-formulados por professores ou outros profissionais, chegando ao psicólogo apenas para confirmação deste diagnóstico. Dessa forma, o profissional deve ter clareza de que nem sempre as queixas apresentadas pelos pais tem origem na própria criança, assim a análise das queixas apresentadas deve ser realizada considerando o contexto familiar e escolar, intensificando a realização de um diagnóstico adequado.

3. A importância da avaliação psicológica no diagnóstico da dificuldade de aprendizagem

Com base no que foi pesquisado e ressaltado nos dois tópicos anteriores, percebe-se que a avaliação psicológica se constitui num importante objeto de estudo no intuito de esclarecer a queixa e identificar o diagnóstico do paciente. Assim sendo o psicólogo precisa empregar recursos com a finalidade de acrescentar em sua prática no ambiente educacional, visto que as queixas escolares tem se tornado constantes.

É preciso ressaltar que o psicólogo no contexto escolar necessita compreender a criança como um todo integrado, pensando no indivíduo como um processo permanente de todas as áreas de conhecimento, pois acreditamos que a escola deve trabalhar estabelecendo relações constantes com o contexto a qual a criança pertence.

Dessa forma, nota-se que existe uma questão maior que se reflete em como os sujeitos relacionam suas experiências e de que maneira estes interferem no estudo de seu diagnóstico, no que se refere ao fato da diversificação de suas “constantes relações”. Conforme as explicações vistas anteriormente, ficou evidente que é possível perceber uma confirmação dos dados correlacionados com a literatura estudada.

A importância da escolha dos instrumentos específicos para o processo de avaliação é fundamental para o psicólogo, pois é através de uma utilização adequada que pode se chegar a um diagnóstico preciso de cada caso especificamente, nesse sentido é preciso levar em consideração os dados referentes a cada criança, a

escolha por um teste psicológico deve ser minuciosa, observando-se as regras do manual relacionado ao teste escolhido, para analisar se é adequado à situação em questão.

Visto que existe a inserção do processo de avaliação psicológica na atuação do psicólogo no ambiente escolar, a fim de identificar o diagnóstico da criança com queixas escolares, entende-se a utilização deste como um objeto de estudo, também como procedimento de valor quanto à relação terapeuta-paciente, uma vez que pode se tornar um espaço para o conhecimento geral do sujeito examinado. O psicólogo tem como objetivo utilizar a avaliação para beneficiar a criança, promovendo a saúde e o desenvolvimento psíquico do indivíduo, sendo favorecido pela duração de curto período, sendo positivo para o psicólogo que está inserido na escola, devido o tempo escasso e o grande número de casos a serem analisados.

Face ao exposto é necessário elucidar que o campo da avaliação psicológica vive um momento de acessão profissional e sua aplicabilidade atinge diversos campos de atuação, com maior expansão, e valorização acadêmica e social. Nesse contexto através da prática em avaliação psicológica no âmbito escolar, de acordo com o estudo teórico realizado para este artigo, é notória a percepção que o psicólogo vem adquirindo uma postura diferenciada ao vivenciar tal experiência profissional, privilegiando um vínculo de confiança com a criança, favorecendo a compreensão do caso e facilitando encaminhamentos pertinentes sempre que se façam necessários.

Ao que se refere o diagnóstico de DA é necessário levar em consideração o comportamento do sujeito, que está vinculado a sua relação familiar, permeada por necessidades afetivas, cognitivas e nutricionais. Para Weis (1987) é relevante explicar que a família e a escola possuem importante papel na construção da aprendizagem, devido seus valores e normas, também colaboram negativamente se desempenharem fatores que interfiram no equilíbrio biopsicossocial do sujeito.

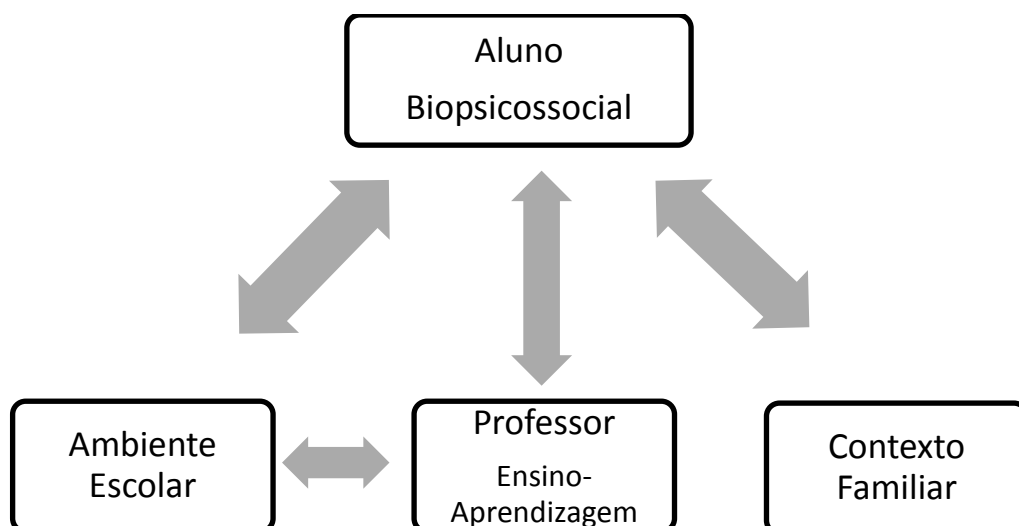


Figura 1 Rede de relações que influenciam na criança

Em linhas gerais quando pensamos na rede de relações na qual a criança encontra-se inserida e na influência que a mesma recebe, podendo sofrer interferências diretas ou indiretas de cada meio, as ações causadas pelos meios e a falta de estrutura promovem a interação da criança com o ambiente e estas contribuem para construção da criança como um todo.

Machado e Souza (1997) explicam que no decorrer de décadas no Brasil os psicólogos vêm recebendo crianças encaminhadas com problemas escolares, e geralmente são oriundas das escolas públicas e pertencentes as classes socioeconômicos baixas, podemos pensar que tal demanda se caracteriza devido a qualidade do ensino, ou sobre o ambiente escolar na qual a criança encontra-se inserida, porém esse problema não é específico para crianças de classes menos favorecidas e de fato abrange um contexto geral social e econômico, já que o indivíduo é a junção de um todo, sendo necessário localizar as possíveis causas psíquicas que podem interferir no aprendizado.

De acordo com Sayão e Guarido (1997) o psicólogo no intuito de desenvolver um trabalho de qualidade em instituições educativas prioriza a criação de um espaço de escuta, que pretende garantir os discursos presentes e a busca de construção de novos discursos, de maneira a encontrar os significados daquilo que acontece no

interior da instituição, através da relação de troca onde os sujeitos envolvidos escutam-se, e por meio do que foi dito, algo novo poderá ser encontrado.

Da mesma forma, o psicólogo poderá compreender as demandas da escola e pensar maneiras de lidar com situações cotidianas, criando formas de reflexão dentro da escola, com todos os sujeitos (alunos, professores e outros) para que se possa trabalhar com suas relações e paradigmas. É necessário ouvir os alunos, o que pensam sobre sua escola e sua turma, igualmente é preciso ouvir os professores, suas demandas e fazê-los participar do processo avaliativo das crianças, repensando novas práticas e novos olhares sobre o aluno que apresenta DA.

Prosseguindo em desempenhar uma atuação voltada para o contexto escolar, o psicólogo precisa elaborar estratégias que se enquadrem com as necessidades específicas a cada caso, depois de identificar as crianças com queixas escolares, deverá inicialmente ser realizada a entrevista com os pais, onde se apresenta a queixa e são fornecidos os dados de anamnese com entrevista, após realizar esse primeiro procedimento, deve-se selecionar os pontos mais relevantes para fazer a análise do problema, possibilitando reflexões e críticas acerca de realidade investigada, em outro atendimento deve ser aplicada a entrevista individual com a criança, depois são acrescentadas as observações lúdicas (a hora do jogo diagnóstica) utilizando-se de brinquedos com fins de estimular a comunicação e o envolvimento da criança com o processo de avaliação, outro instrumento que sugerimos anteriormente foi o uso do teste gestáltico viso-motor de Bender, que tem o intuito de avaliar o desenvolvimento percepto-motor, devida a sua aplicação ser fácil e breve. Seguindo a sequência do procedimento de avaliação psicológica, cabe ao psicólogo finalizar o processo com a entrevista devolutiva com os pais e com a criança, e os encaminhamentos que se façam necessário.

Cabe ressaltar que a busca pelo diagnóstico de DA, é complexo devido ao número de conteúdos que interferem na aprendizagem da criança avaliada, assim cada vez mais existe uma tendência à investigação compreensiva sobre a criança que avaliamos para diagnóstico, desse modo devemos nos voltar para uma compreensão de nossos instrumentos avaliativos. No que se refere a esse artigo, a

pesquisa teórica parece assinalar métodos de investigação que propiciem essa compreensão e as técnicas expressivas que contextualizam a avaliação psicológica.

Conclusão

Esse artigo se propôs a revisar as principais posições teóricas sobre a avaliação psicológica como objeto de estudo a fim de auxiliar no diagnóstico da dificuldade de aprendizagem, pois nesse processo de conhecimento não podemos nos restringir à descrição de fatos isolados, e sim interpretá-lo em um contexto histórico e social. A escola é um momento marcante para a criança, são períodos de grandes transformações em seu psiquismo e na sua vida sócio familiar. Cabe à equipe (professores, psicólogos, coordenadores) perceber a necessidade de cada criança e ouvi-la com atenção. Para isto, este estudo bibliográfico tinha como intuito apresentar a necessidade de uma avaliação psicológica no diagnóstico da dificuldade de aprendizagem e contribuir para uma melhor definição e com isso fornecer maiores possibilidades de compreensão para os professores e demais profissionais. Finalmente, concluo que, tal como uma criança numa cadeira de rodas necessita de uma rampa para contornar escadas, ou uma criança cega necessita do código Braille para ler, também uma criança com dificuldades de aprendizagem necessita de meios específicos que a ajudem a contornar os problemas, tantas vezes graves, que encontra no processamento de informação, na memória, na leitura, na escrita, no cálculo ou na socialização.

Referências

ALCHIERI, J. C.; CRUZ, R. M. **Avaliação psicológica: Conceito, Métodos e instrumentos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

ANCONA-LOPES, M. **Contexto geral do diagnóstico psicológico.** In: TRINCA, Walter. (Orgs.) Diagnóstico psicológico: prática clínica. São Paulo: EPU, 1984. pp. 1-13.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. Editora Saraiva. 13ª ed. São Paulo, 1999.

CAPELLINI, A.S.; TONELOTTO, J.M.F.; CIASCA, S.M. **Medidas de desempenho escolar**: avaliação formal e opinião de professores. Rev Est Psicol. vol. 21, nº. 2, 2004. pp. 79-90.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha sobre a Avaliação Psicológica**. Brasília: CFP, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP Nº 007/2003**. Institui o Manual de Elaboração de Documentos escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP n. 17/2002. Brasília, 14 de junho de 2003.

CUNHA, J. A. (Org.) **PSICODIAGNÓSTICO-V**. 5ª. ed. Revisada e ampliada – Porto Alegre: Artmed, 2000.

DIO, R. T. D. Avaliação. In: PENTEADO, W. M. A. (Org.) **Psicologia e ensino**. São Paulo: Papelivros, 1980. pp. 325-345.

FERRIOLLI, S. H. T.; LINHARES, M. B. M.; LOUREIRO, S. R.; MARTURANO, E. M. **Indicadores de potencial de aprendizagem obtidos através da avaliação assistida**. Psicologia: Reflexão e Crítica, vol.14, nº 1, 2001. pp. 35-43

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FONTANA, R.; CRUZ, M. N.. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

LUCCA, S. A.; MANCINE, M.S.; DELL'AGLI, B.A.V. **Dificuldade de aprendizagem**: contribuições da avaliação neuropsicológica. Pensamento Plural: Revista Científica da UNIFAE. vol. 2, nº 1, 2008. pp. 32-42.

MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. As crianças excluídas da escola: um alerta para psicologia. In: MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. (Org.) **Psicologia Escolar: em busca de novos rumos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. pp. 35-49.

MEDEIROS, P. C.; LOUREIRO, S. R.; LINHARES, M. B. M.; MARTURANO, E. M. A **Auto-Eficácia e os Aspectos Comportamentais de Crianças com Dificuldade de Aprendizagem**. Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 13, nº. 3, 2000. pp.327-336

MEIRE, M. C. **Fracasso escolar: de quem é a culpa?** Educ. Pesqui. vol. 29, nº. 1, São Paulo: Jan/Junho, 2003.

NUNES, M. L. T. Entrevista Psicológica. In: CUNHA, Jurema Alcides. (Org.) **Psicodiagnóstico-R**. 4ª ed. rev. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

OCAMPO, M. L. S. (Org.) **O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas**. Tradução: Miriam Felzenswalb. Revisão técnica: Luis Lorenzo Rivera. 10ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PACHECO, L. M. B. **Diagnóstico de Dificuldade de Aprendizagem?!** Temas em Psicologia ,vol. 13, nº1, 2005. pp. 45-51.

PENTEADO, W. M. A.; ROCHA, E. M. B. Dificuldade de aprendizagem e remediação. In: PENTEADO, W. M. A. (Org.) **Psicologia e ensino**. São Paulo: Papervivos, 1980. pp. 346-360.

POPPOVIC, A. M. **Enfrentando o fracasso escolar**. ANDE: Revista da Associação Nacional de Educação, vol. 1, nº. 2, 1981. pp.17-21.

SAYÃO, Y.; GUARIDO, R. L. Intervenção psicológica em creche/pré-escola. In: MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. (Org.) **Psicologia Escolar: em busca de novos rumos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. pp. 79-86.

SISTO, F. F.; NORONHA, A. P. P.; SANTOS, A. A. A. **Teste Gestáltico Visomotor do Bender: Sistema de Pontuação Gradual (B-SPG): Manual**. 2ª ed. São Paulo: Vetor, 2006.

SISTO, F. F.; NORONHA, A. P. P.; SANTOS, A. A. A. **Distorção de forma no teste de bender**: Questionando seu critério de validade. , 2004.

WEISS, M. L. L. Considerações sobre a instrumentação do psicopedagogo no diagnóstico. In: SCOZ, B. J. L. (et al.) **Psicopedagogia** – O caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987. pp.75-85.